



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Sociedade globalizada: que sentido tem para as práticas educacionais?

Clélia Aparecida Martins

**Como citar:** MARTINS, C. A. Sociedade globalizada: que sentido tem para as práticas educacionais?. In: DAL RI, N. M. ; MARRACH, S. A. (org). **Desafios da educação do fim do século**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p1-9. DOI: <http://doi.org/10.36311/2000.85-86738-12-3.p1-9>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## SOCIEDADE GLOBALIZADA: QUE SENTIDO TEM PARA AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS?

Clélia Aparecida MARTINS<sup>1</sup>

Podemos supor que a globalização nos leva a um mundo pluricêntrico, ao redor das três potências econômicas capitalistas (EUA, Alemanha e Japão), ou que a formação de blocos ou mercados integrados (UE, Mercosul, Nafta etc.) contribuem para um sistema mundial mais harmônico e equilibrado por constituírem-se em mercados permanentes, protegidos e mais amplos que as economias nacionais. Mas se consideramos que os mercados integrados são constituídos por um número reduzido de países, veremos que são mais de cem países excluídos dos benefícios desta nova ordem mundial e, por conseqüência, um hipotético quadro cor-de-rosa da globalização esmorece.

Neste texto perscrutamos se há, no interior do processo de globalização, a possibilidade de emergir ou não uma sociedade mundial que venha atender aos direitos e aos anseios da maioria da população e, em caso positivo, qual é o papel da educação em relação a este quadro. É possível, sem rejeitar a globalização, acreditar em um nível de opção ou perspectiva de cooperação pacífica entre povos e Estados, na democratização e universalização dos direitos humanos e na solidariedade internacional dos movimentos sociais?

Seria impensável uma resposta positiva se apenas considerarmos que, na globalização, países ricos e poderosos tornam-se mais poderosos, e os pobres, em número crescente, mais miseráveis. Este processo denominado polarização é também constituído pela perda paulatina da capacidade do Estado de levantar recursos, via tributos e impostos, para atender às demandas cada vez mais urgentes das massas e das classes médias angustiadas pelo desemprego, custo e baixa qualidade da educação, falta de segurança e deterioração generalizada da qualidade de vida.

A perda de poder do Estado nacional é um fenômeno deste último quartel do século XX. Na economia global, o mercado financeiro (as grandes

<sup>1</sup> Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília - 17525-900 - SP.

corporações) e não os governos, é que decide sobre os destinos do câmbio, taxa de juros, preços das *commodities*, poupança e investimentos. A liberalização e a globalização são altamente vantajosas para o grande capital, cujo horizonte e estratégia transbordam as fronteiras estreitas do Estado-nação.

A globalização é, em si, a expansão acelerada e ininterrupta da internacionalização da economia capitalista, pois configura-se nela o crescimento do comércio e dos investimentos externos a taxas bem mais altas do que o aumento da produção mundial (PMB - Produto Mundial Bruto), tendência que foi intensificada com a atuação das instituições internacionais (FMI, BID, BM, FAO, OMC etc.), as quais lançaram um processo de acoplamento e integração seletiva de alguns países periféricos da economia mundial, incorporando-os aos planos de expansão do capital mediante uma nova divisão internacional de trabalho das empresas transnacionais. Com seu imenso potencial econômico-financeiro, as organizações ou empresas transnacionais operam em escalas transcontinentais, transferindo recursos financeiros e *know-how* por sistemas de comunicações informatizados e via satélite. Elas crescem mesmo em tempos de recessão e crise, através de transações bilionárias que envolvem fusões, incorporações, venda e compra de ativos.

Assim, os agentes mais dinâmicos da globalização não são os governos nem os representantes parlamentares dos países que formaram mercados comuns à procura de integração econômica. As forças mais ativas e poderosas no processo de globalização são os conglomerados e empresas transnacionais que dominam e controlam efetivamente a maior parte da produção do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais. A atuação das transnacionais não se limita às esferas econômico-financeiras, pois o peso de seus recursos econômico-financeiros influi na composição e no funcionamento da estrutura e das instituições políticas: são inúmeros os casos de eleição de *representantes do povo* cujas campanhas são financiadas pelo grande capital, sem falar dos *lobbies* e das práticas de corrupção da administração pública, comuns até nas mais altas instâncias dos três poderes que também favorecem o capital transnacional em última instância.

Na prática, as transnacionais se constituíram inicialmente com a dispersão do capital entre milhões de pequenos acionistas, fenômeno que surgiu

em meados deste século denominado *democratização do capital* e que transformou todos em acionistas/proprietários, representou a procura de formas mais adequadas de capitalização capazes de diminuir os ressentimentos da opinião pública e dos consumidores e facilitou o controle exercido por blocos relativamente pequenos de proprietários e/ou executivos profissionais, possibilitou um controle organizado de conglomerados gigantescos via *holdings* e uma expansão ilimitada dos mesmos, chegando ao ponto, neste final de século e milênio, de um número não muito alto (aproximadamente 1500) de grandes organizações controlarem mais da metade da produção e do comércio mundiais. Mas, por seus efeitos, o processo de globalização, embora conduzido pela economia, dinamizada por este pequeno grupo de empresas, transcende os fenômenos meramente econômicos e deve ser apreendido também em suas dimensões políticas, ecológicas e culturais.

Se entendemos desenvolvimento não como *redução paulatina* das desigualdades econômico-sociais, mas como eliminação da pobreza, então vemos que para o desenvolvimento assim concebido, a *democratização do capital* não é algo significativo, pois ele segue uma outra direção, já que não pode ser pensado sem a democratização do processo decisório em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais, ou seja, é um desenvolvimento social acompanhado de um real processo de democratização do poder. Todavia, hoje, o predominante é que a crença de que o problema da fome, do desemprego, das favelas, da violência parece se solucionar por meio de três termos: internacionalizar, promover abertura total e privatizar. Nesta concepção de desenvolvimento, o primeiro objetivo é tranquilizar os bancos credores com o pagamento da dívida externa e atrair novos investimentos estrangeiros. Este processo não faz referência às prioridades sociais e fortalece e amplia os efeitos desestruturadores da globalização, isto é, amplia-se a competitividade e a eficiência com a redução dos salários, a expulsão e o desvinculamento de trabalhadores da economia formal, ou seja, do mercado.

Essa tendência perversa de extensão da pobreza e de privações é agravada pela incapacidade fiscal financeira do Estado para atender às demandas e expectativas dos mais necessitados, enquanto cede às pressões de grupos de interesse corporativistas clamando por privatização das empresas

estatais lucrativas, desregulação de preços e tarifas e a abertura total ao livre comércio, sem a mínima preocupação com seus efeitos sociais.

Um balanço mais objetivo dos resultados da política de abertura adotada pelos países periféricos e endividados revela os efeitos perversos da globalização. Esses efeitos deixam suas seqüelas na forma de cortes impiedosos de postos de trabalho, queda dos níveis salariais (para todas as categorias de assalariados) e a perda generalizada dos benefícios conquistados em épocas anteriores.

Se não podemos resistir à tendência onipresente da globalização, a única perspectiva positiva a ser vislumbrada dentro dela é a tarefa de construir uma sociedade mundial fundada na cooperação, no respeito aos direitos humanos e na participação com responsabilidade de todos os atores sociais nas decisões que afetam seu destino. Tal perspectiva se coloca mesmo como uma tarefa inadiável.

A longo prazo, podemos acreditar que a globalização tende a proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável e à democratização política, permitindo também o equacionamento e a solução racionais de problemas que transbordam as fronteiras geográficas dos países, tais como a despoluição dos mares, o controle e o tratamento dos resíduos nucleares, a expansão das redes de comunicação e a aproximação e cooperação entre inúmeros movimentos sociais não-governamentais, recuperando assim o rumo e o sentido da história.

Tal crença baseia-se no fato de que, ainda embrionariamente, há uma dinâmica não muito visível na globalização que se processa pelo agrupamento das forças democráticas de base comunitária ou ideológica. Movimentos, geralmente assegurados por Organizações não-governamentais (ONGs) são, de certa forma, embriões de promoção e respeito crescentes aos direitos humanos; de proteção e conservação dos recursos ambientais; de controle da corrida armamentista e dos conflitos bélicos; de implantação de governos democraticamente eleitos assessorados pela sociedade civil efetivamente participativa na gestão e vigília da coisa pública. Processa-se, também, sob forma de organizações transnacionais, constituindo redes transnacionais que podem ser consideradas os núcleos de uma *sociedade civil*

*global* emergente, a qual pode vir a proporcionar, num futuro não muito remoto, condições para uma ordem mundial assentada nos princípios básicos da democracia e no bem-estar de todos os povos.

O fortalecimento da sociedade civil como fonte da qual emanam o poder e a autoridade políticos constituem o fundamento sobre o qual se constrói o contrapeso para neutralizar os aspectos negativos da globalização. Ainda que o desfecho seja incerto, é na interação e confrontação das forças opostas que podemos vislumbrar os sinais precursores da nova ordem mundial que sirva às aspirações humanas e, ao mesmo tempo, esteja ancorada nas realidades das tendências presentes no contexto sócio-político, econômico e cultural de nossa época. Precisamente neste aspecto é que podemos acreditar na educação e em seu potencial transformador.

Os âmbitos da educação e da arte, por exemplo, não podem hoje ser vistos dissociados do que se passa no mundo da produção, de capitais e dos serviços, pois a atual globalização interligou com mais evidências todas as esferas da existência humana sem permitir uma autonomia entre elas. Como este processo hoje está tão firme e resistente a quaisquer eventuais crises (por exemplo, o recente problema das bolsas do Japão, Coréia e Indonésia), cabe pensar agora sobre as possibilidades e os entraves das práticas educativas nele.

O aprimoramento acentuado da tecnologia e as decorrentes transformações que a economia sofre exigem que os processos de formação sejam inovados, em especial os que se vinculam ao sistema educacional para assegurar a inserção dos formandos no mundo do trabalho, pois a formação da competência em instituições educacionais está diretamente associada à estrutura da Educação, estrutura esta que tem uma dinâmica própria e dialética, pois se articula de forma conflitiva e, simultaneamente, interativa com a dinâmica estrutural das várias esferas do sistema social, em especial com a econômica.

O desenvolvimento da racionalidade científica que, quando aliada a investimentos financeiros, conduz a própria produção científica não é de todo em prol da globalização avassaladora dos povos pobres, pois o avanço da ciência, dada a realidade contraditória em que é produzida, não só atende aos

interesses do capital, mas, ao mesmo tempo, amplia as condições de desenvolvimento do homem como cidadão.

Há que se considerar, também, a diferenciação dos conceitos e noções que ocorrem de época em época refletindo a dinâmica da estrutura produtiva e suas decorrentes rupturas. Em decorrência, há algum tempo, no mundo globalizado, a noção de *saber* perdeu espaço para o conceito de *competência*. E isto se processa de uma forma quase semelhante na área educacional.

A constante recomposição dos saberes, imposta aos trabalhadores pelo ritmo das mudanças determinadas pela globalização no âmbito social, econômico e tecnológico, está implicando o domínio de saberes que não estão diretamente ligados ao exercício específico de sua profissão, o que faz com que o "lugar da qualificação propriamente dita (saber-fazer)" (Stroobants, 1991, p. 36) seja ocupado pela competência, onde "a relação cognitiva tende a definir-se sobre o modo de ser (ser competente) e não mais sobre aquele de ter (um saber) uma qualificação" (Idem, *ibid*). Competência é inseparável da ação e os conhecimentos teóricos e técnicos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que a ação sugere. Ou seja, competência é um conceito baseado nos resultados (Tanguy & Ropé, 1994, p. 14), que significa a capacidade de resolver um problema em uma situação dada. Conforme Trépos "as bases em que as competências se fundam relacionam-se com a mobilização de um conjunto muito mais diversificado de objetos que o da qualificação" (Trépos, 1992, p. 16).

Assim, a globalização não dispensa a educação, mas exige ações pedagógicas que enfatizem os objetivos que desenvolvem as habilidades que configuram a *performance* do trabalhador, considerada como a expressão da competência. A competência relaciona-se com a capacidade de mobilizar conhecimentos junto aos postos de trabalho, os quais são adquiridos através da formação, qualificação e experiência social. Em geral, as habilidades privilegiadas nesses processos de formação em países desenvolvidos insistem na capacidade de crítica, de iniciativa e de autonomia ao lado da responsabilidade e da flexibilidade em face da mudança e do inusitado. Precisamente, é este processo de formação da competência, ao se basear em

habilidades que envolvem todas as dimensões do indivíduo, que implica rupturas tanto na dinâmica interna das instituições voltadas para a formação, como também na própria dinâmica dos demais espaços sociais em que este indivíduo atua como cidadão. Tais rupturas tendem a produzir novas possibilidades de construção da cidadania. Como entender este paradoxo?

Há uma dinâmica produzida dialeticamente, isto é, no bojo da globalização, há um movimento que envolve conflito e contradição, conservadorismo, inovação e transformação. As instituições educacionais existem no interior deste movimento, o qual não se mantém com homens alienados e submissos. Assim, ao se instaurar a competência, mesmo sendo uma demanda produzida pelo mercado, não se atende apenas à manutenção do *status quo*, pois ela dispõe também de espaços para a construção da cidadania. Por exemplo, um trabalhador qualificado em uma área técnica pode ser competente ao articular o saber específico em face dos problemas encontrados em seu trabalho, atuando criticamente, evidenciando autonomia e responsabilidade, tendo visão de conjunto, lançando proposições novas. Tal competência pode extrapolar o local de trabalho e se manter em todos os âmbitos de existência deste trabalhador, inclusive e fundamentalmente o social, atuando assim também em prol da cidadania.

Por isso, uma instituição escolar pode formar o profissional e o cidadão quando:

- sustentar por meio de grade curricular compatível, de estágios e de cursos paralelos, o processo de formação fundamentado na construção de identidades sociais envolvendo o indivíduo como um todo e, assim, atingir seu ser rompendo, então, com as delimitações impostas pelo mero fazer;
- vincular, articular teoria e prática e insistir em relações baseadas na interação e flexibilidade, desafiando-o a aplicar, da forma mais articulada possível, todos os saberes de que ele dispõe, mas considerando no processo de aprendizagem, o conjunto de conhecimentos já acumulados pelo aluno;
- manter a interdisciplinaridade no decorrer da formação, evitando com ela uma compreensão fragmentada do real e assegurando, assim, tanto uma visão ampla da região em que está inserida a instituição escolar quanto do mundo em geral;



· acreditar mais na ciência e renunciar às bases culturais que contam com fortes resquícios do que constitui a cultura de grupos aristocráticos locais e em conhecimentos resultantes da fé e do hábito.

Não há alternativas para as instituições educacionais, principalmente as de nível superior, pois se forem incapazes de produzir as condições necessárias para operacionalizar as demandas do mundo do trabalho (isto é, formar futuros profissionais *competentes*), terão pelo futuro, além da falta de credibilidade por parte do mercado, também a possível reprovação da própria sociedade como um todo, já que tais instituições deixam assim de cumprir com uma das funções básicas, que é a formação do cidadão.

O educador, enquanto cidadão e profissional, faz a história ao mesmo tempo que é feito por ela, e para construí-la de forma consciente deve estar atento as suas múltiplas resistências, por isso deve, ao formar futuros cidadãos, compreender o presente como permanentemente mutável e vislumbrar o futuro como *construção*. A responsabilidade de todos os que cuidam de instituições incumbidas da prática educacional é manter um corpo de educadores voltados para a formação de um homem crítico e capaz de resistir ao que não significar dignidade e liberdade neste movimento histórico em que *tudo passa*, inclusive a globalização.

### **Referências Bibliográficas**

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DEMO, P. Crise dos paradigmas da educação superior. *Educação Brasileira* (Brasília), v. 16, n. 32 p. 15-48, jan./jun.-1994.
- FERRETI, C. J. Modernização tecnológica, qualificação profissional e sistema público de ensino. *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo), n. 1 p. 84-91, jan./mar. 1993.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GENTILLI, P. A. A. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILLI, P. A. A, SILVA, T. T. (Org.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- GÓMEZ, J. M. Globalização, estado-nação e cidadania. *Contexto Internacional* (Rio de Janeiro), v. 20, n. 1 p. 7-89, jan./jun. 1998.
- OLIVEIRA, M. A. O desafio presente: o neoliberalismo e a estratégia de organização do capital. *Universidade e Sociedade*, v. 4, n. 6 p. 92-103, 1994.
- PIRES, M. F. de C. A formação profissional na universidade e o mercado globalizado do capitalismo. In: *V Circuito PROGRAD: as atividades de seu curso atendem ao perfil de profissional a ser formado?* São Paulo: UNESP/Pró Reitoria de Graduação, 1996, p. 85-95.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre a interdisciplinaridade na perspectiva de integração entre as disciplinas dos cursos de graduação. In: *IV Circuito PROGRAD: as disciplinas de seu curso estão sendo integradas?* São Paulo: UNESP/Pró Reitoria de Graduação, 1996, p. 100-6.
- STROOBANTS, M. Travail et compétences: récapitulation critique des approches des savoirs au travail. *Revue Formation/Emploi* (Paris), n. 33, p. 29-41, 1991.
- TANGUY, L., ROPÉ, F. *Savoirs et compétences: de l'usage de ces notions dans l'école et l'entreprise*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- TRÉPOS, J. Y. *Sociologie de la compétence professionnelle*. Nancy: PUN, 1992.